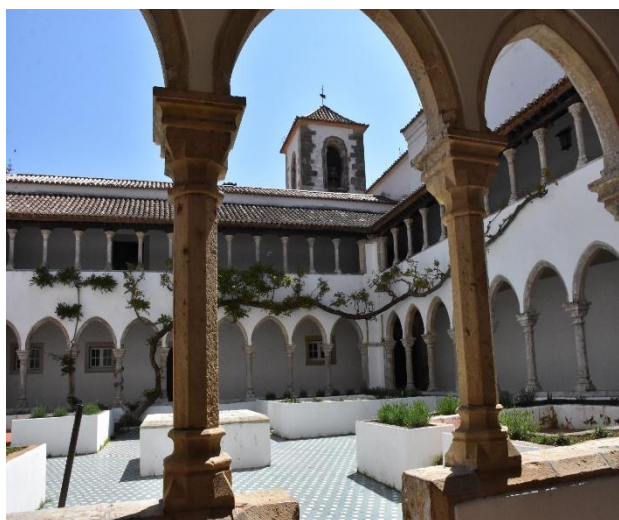




TORRES VEDRAS

(História, Arqueologia, Monumentos, Paisagem)

Sábado, 20 de janeiro de 2024



Ponto de encontro:

9h30 no estacionamento do **Parque do Choupal** (Torres Vedras) junto ao Café Xeirinho
(coordenadas 39°05'53,42"N 9°15'40,53"W)

Percurso circular, com cerca de 15km, pelas ruas da cidade e campos dos arredores cobertos de vinhas, à **descoberta do património histórico, arqueológico e cultural de Torres Vedras, com início e fim no Parque do Choupal, junto ao rio Sisandro, do lado norte do castelo.**

No **Parque do Choupal**, aprazível espaço arborizado de lazer, recentemente reabilitado pelo Programa Polis, encontram-se a **Ermida de Nossa Senhora do Ameal**, classificada como Monumento Nacional desde 1910, de origem medieval edificada sob a invocação original de Nossa Senhora de Rocamador. A sua traça atual vem da campanha de obras do séc. XVI em que se destacam a galilé, de composição Paladiana, e os frontões triangulares que encimam os pórticos das fachadas sul e poente. O interior alberga uma pia de água benta manuelina, dois retábulos de boa talha da primeira metade do séc. XVIII e os azulejos hispano-árabes do frontal do altar. Da época medieval conserva o campanário gótico, várias lápides e a imagem policromada de Nossa Senhora de Rocamador. No Parque do Choupal encontra-se, também, o **Chafariz de São Miguel**, documentado desde 1267, que tinha um brasão da primeira metade do séc. XVI, atualmente recolhido no Museu Municipal Leonel Trindade. Foi reconstruído, segundo a lápide existente, na segunda metade do séc. XVII, mantendo os merlões quinhentistas.

Do Parque do Choupal, e atravessando o viaduto pedonal sobre o rio Sisandro, subimos ao **Castelo**, sob domínio cristão desde 1147. Do aparelho medieval restam os vestígios românicos da **Igreja de Santa Maria**, classificados como Monumento Nacional em 1910, e a cerca oval, reforçada por D. Manuel I, que defendia uma torre de menagem demolida para dar lugar ao novo paço dos alcaides, mandado construir em 1519 pelo alcaide-mor D. João Soares de Alarcão. **Em 1810 integrou as Linhas de Torres** com a instalação de baterias (reduzido n.º 27 do 1.ª Distrito) que faziam fogo cruzado com as do fronteiro Forte de São Vicente. Foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1957. No torreão semicircular está instalado o **Centro de Interpretação do Castelo de Torres Vedras**.

Descendo ao centro histórico e à antiga judiaria, iremos visitar o **Centro de Interpretação da Comunidade Judaica** (entrada 2€, séniores 1€), inaugurado em 18.05.2017 e instalado num conjunto de edifícios de arquitetura tradicional, conhecidos por Cerca da Josefa, requalificados através do projeto Rotas de Sefarad - Valoriz, ação da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais. Nas suas quatro salas de exposição apresenta, em interessantes painéis e documentação, a realidade histórica, social e cultural desta comunidade, desvendando o seu quotidiano e dando a conhecer o destino dos judeus torrienses após a expulsão.

Passando à chamada **Casa de Ceuta**, no local do antigo Paço Régio, onde D. João I reuniu o Conselho que decidiu a expedição a Ceuta em 1414 e, descendo pela Rua Trás do Açougue chegamos, na Rua dos Celeiros de Santa Maria, ao local onde esteve a antiga sinagoga, atualmente ocupado por um dos Passos da Semana Santa.

Segue-se a visita à **Igreja de Santiago**, classificada desde 2012 como Monumento de Interesse Público, cuja fundação remonta, tal como as restantes matrizes da antiga vila, aos primórdios da nacionalidade, tendo sido reconstruída entre o fim do séc. XVI e o início do séc. XVII. A capela-mor é revestida por painéis de azulejos figurativos, setecentistas, alusivos ao Apóstolo Santiago e à Ordem Militar homónima. Do seu acervo, hoje bastante reduzido, destacam-se a pia batismal quinhentista, a notável escada de pedra em caracol de acesso ao coro-alto e à torre sineira, o cadeiral do coro datado de 1634, o púlpito em mármore do século XVII e o pórtico manuelino.

Passando pela Praça do Município com o edifício dos antigos Paços do Concelho, atualmente Galeria Municipal de Exposições, e o chafariz, construídos em 1776, e seguindo pela Rua Miguel Bombarda chegamos à **Igreja de São Pedro**, classificada como Monumento Nacional desde 1910, cuja fundação remonta ao início da nacionalidade. Foi reedificada no início do século XVI, sob o patrocínio da Rainha D. Maria, esposa de D. Manuel I, sofrendo nova reconstrução após o terramoto de 1755. É notável o seu pórtico de estilo manuelino, de dupla arquivolta, com decoração vegetalista e animais fantásticos, encimado pelo escudo de armas de D. Maria. O templo possui três naves, nas quais sobressaem os silhares de azulejos dos séculos XVI (enxaquetados), XVII (de tapete) e XVIII (figurativos). Destaca-se, igualmente, o túmulo renascentista do fidalgo João Lopes Perestrelo, inserido num arcossólio ricamente decorado. Sob o púlpito está a sepultura do Brigadeiro Luís Mouzinho de Albuquerque, falecido em 1846, no decurso da batalha de Torres Vedras.

Pela Travessa de São Pedro chegamos ao **Chafariz dos Canos**, classificado como Monumento Nacional desde 1910, cuja primeira referência data de 1322, quando o mosteiro de Santa Maria de Alcobaça doou uma soma de dinheiro a um homem para a construção dos “canos da agoa que vem pera a villa” de Torres Vedras. Em 1561 a fonte e os canos foram restaurados por iniciativa da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I e Senhora de Torres Vedras. O chafariz foi submetido a mais obras, ao longo dos séculos, muitas vezes quando das obras do aqueduto que o alimentava. A primeira referência ao aqueduto é de 1561, desconhecendo-se a data da sua construção, assim como se o chafariz foi alimentado nos primeiros séculos pela mesma fonte. Em 1680 o aqueduto encontrava-se em grande ruína, tendo caído “ao chão pelos alicerces”, no vale do Sisandro, exigindo a sua reconstrução um recrutamento de braços excepcional. Nos séculos XVIII e XIX o chafariz dos canos foi alvo de novas obras, passando a ter dois tanques: o superior, onde a água corria por duas bicas, para uso das pessoas, e o inferior, onde a água caía, pela boca de dois golfinhos esculpidos em pedra, para uso dos animais. Este tanque foi feito de novo em 1831 tendo em volta um conjunto de marcos de cantaria de modo a impedirem a aproximação de carros. Em 2012 foi restaurado pelo município sendo-lhe devolvida a dignidade de outrora.

Pelo Largo de São Pedro e as Ruas Gago Coutinho e Serpa Pinto chegamos à **Igreja da Misericórdia**, a mais ricamente decorada de Torres Vedras, integrada no conjunto edificado da Santa Casa da Misericórdia, construído entre 1681 e 1710. Distingue-se pelos raríssimos frontais de altar em couro lavrado e pintado (guadamecis). Do lado esquerdo situa-se o cadeiral dos mesários da Santa Casa da Misericórdia e, do lado direito, o púlpito. Sobre a porta de acesso ao coro, um pequeno balcão permitia aos doentes do hospital assistir às cerimónias religiosas. O coro alto está unido a uma mísula, que alberga um órgão de oito registos, datado de 1773, que parece poder atribuir-se ao galego Bento Fontanes. Após mais de dois séculos de inatividade, este instrumento de elevado valor histórico e artístico foi restaurado, em 2008, pelo mestre organeiro Dinarte Machado.

Atravessando as Praças da República e 25 de Abril chegamos à **Igreja e Convento da Graça**, classificados como Imóveis de Interesse Público desde 1958. Em 1266, Frei Félix, segundo provincial da ordem dos eremitas de Santo Agostinho em Portugal, pediu a D. Afonso III autorização para se fundarem três conventos, um em Abrantes, outro em Estremoz e outro em Torres Vedras, que foi dada por alvará de 24 de dezembro de 1266. Todavia, a edificação do mosteiro não aconteceu, voltando o concelho a solicitar a respetiva autorização a D. Pedro I que, em 14 de março de 1366, deu nova licença para a referida fundação tendo-se iniciado a construção do edifício, na Várzea Grande, que se prolongou durante décadas. Da antiga fundação pouco se conhece para além das referências a São Gonçalo [de Lagos] como prior do mosteiro, entre 1412 e 15 de outubro de 1422, data da sua morte. As cheias que frequentemente faziam transbordar o Rio Sisandro, inundando a Várzea Grande nos invernos rigorosos,

tornavam difícil a vida do convento ao longo do século XV e primeiras décadas de Quinhentos, sendo os eremitas de Santo Agostinho obrigados a abandoná-lo, mudando-se, em 1544, para o hospital de Santo André [igreja de Santo André da Gafaria], no atual sítio do convento de Nossa Senhora da Graça, por ordem de D. João III. Em 1559, o edifício velho começou a ser demolido para se aproveitarem os materiais para a construção da nova igreja, que já se encontrava pronta em 1580. Desde 1578, os direitos do antigo hospital foram anexados ao mosteiro, tendo-se obrigado os frades, em contrapartida, ao recolhimento e tratamento dos leprosos, assim como a cumprirem as missas e os encargos inerentes ao extinto hospital. No primeiro quartel do século XVIII, iniciou-se um esforço de restauração religiosa no qual se insere uma renovação arquitetural do mosteiro torriense. A porta e o frontão foram reedificados, tendo as paredes da portaria, da sacristia e do claustro recebido, a partir de 1725, painéis de azulejos. O convento crescia em fama e influência, atingindo o ponto alto em 1778, ano da canonização de Frei Gonçalo de Lagos por Pio VI. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, o convento passou para a posse de privados tendo sido adquirido pela Câmara Municipal em 1877 para instalação de diversos serviços públicos, mantendo-o na sua posse até à atualidade. A igreja foi reaberta ao culto em 1992 e o edifício do convento em 1990, depois do seu restauro, tendo nele sido instalado o Museu Municipal Leonel Trindade com coleções sobre a arqueologia e história do concelho, nomeadamente o espólio do Castro do Zambujal.

Pela Rua Dr. Batalha Reis chegamos à Praça da Liberdade onde, por uma passagem entre o quartel dos bombeiros e a PSP chegamos à ponte pedonal em madeira, sobre a circular poente a Torres Vedras do outro lado da qual começamos a subida, pelo Bairro das Alminhas, com 100 m de desnível, até ao **Miradouro do Varatojo**, com uma esplêndida vista sobre Torres Vedras e os seus arredores, **onde faremos o nosso piquenique**.

Seguindo pela Estrada de Santo António e passando por uma ermida dedicada a este santo com uma coluna medieval, um oratório com a sua imagem no cimo e muitos ex-votos, chegamos ao **Convento Franciscano de Santo António do Varatojo** mandado erigir em finais do séc. XV por voto e devoção de D. Afonso V, classificado como Monumento Nacional desde 1910. Na portaria, destaque para o primitivo teto mudéjar e para o pórtico gótico da igreja, ladeado pelas armas reais e pela divisa do monarca fundador, divisa que se repete nos tetos do claustro, de estilo gótico e abraçado por uma centenária glicínia, onde um belíssimo pórtico manuelino decorado com largos florões, dá acesso ao panteão da família Soares de Alarcão, detentora da alcaidaria de Torres Vedras. A Sala do Capítulo alberga a galeria de retratos dos priores do convento, desde Frei António das Chagas. Na igreja, destacam-se os altares de talha dourada, as pinturas sobre tábuas e os painéis de azulejos figurativos, do século XVIII, presentes igualmente na sacristia. Na capela de Nossa Senhora do Sobreiro, impera a talha dourada, contrastando com o mármore policromado.

Pelas ruas do Varatojo subimos até às ruínas do **Moinho da Parafuja** de onde se tem uma bela vista sobre Torres Vedras e o seu vale coberto de vinhedos. Daqui, descendo por caminhos rurais, chegamos ao **Castro do Zambujal**, povoado fortificado da Idade do Cobre descoberto em 1932 por Leonel Trindade, classificado como Monumento Nacional desde 1946 que, desde 1964, tem sido objeto de escavações arqueológicas sistemáticas por parte do Instituto Arqueológico Alemão. O Castro do Zambujal é um dos maiores e mais bem conservados povoados calcolíticos da Península Ibérica e um dos sítios mais emblemáticos para o estudo das primeiras sociedades agro-metalúrgicas peninsulares. A sua edificação, no início do IIIº milénio a.C., insere-se no processo de emergência de povoados fortificados de altura, nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, resultante de profundas transformações sócio-económicas. A complexidade das suas estruturas construtivas indicia que tenha sido o mais importante centro de fundição e comércio de minério da Estremadura portuguesa. Esta condição foi potenciada pelo amplo

estuário do rio Sizandro que, à época, formava um porto natural na confluência com a Ribeira de Pedrulhos, permitindo um acesso direto à navegação marítima. A investigação arqueológica permitiu identificar quatro fases evolutivas das estruturas defensivas do povoado, ao longo da sua existência de mais de um milénio. Assim, inicialmente, o sítio seria protegido por um recinto fortificado central, com cerca de 50m de diâmetro, formado por muros relativamente estreitos, reforçados por torres maciças, circulares e semicirculares. Numa segunda fase, este núcleo foi reforçado com três novas e imponentes linhas de muralhas e uma barbacã dotada de seteiras, da qual se fazia a defesa da segunda linha. Um terceiro momento é caracterizado pela inoperacionalização da barbacã e dos correspondentes acessos na segunda linha de muralhas, com uma tendência para a autonomização da defesa de cada uma das muralhas. Na quarta e última fase de ocupação, assiste-se à edificação de torres ocas, que perduraram até ao abandono do povoado, por volta de 1700 a.C. As características do povoado e o vasto espólio recolhido, parte do qual pode ser visto no Museu Municipal Leonel Trindade, permitem supor a existência de um certo grau de estratificação social, destinando-se o recinto central aos habitantes de estatuto superior e à salvaguarda dos valiosos produtos obtidos a partir das atividades metalúrgica e comercial. Enquanto a maioria da população se dedicava à atividade agro-pecuária, a acumulação de riqueza, patente nos elementos de adorno em materiais preciosos e na prestigiosa cerâmica campaniforme, estava reservada a uma minoria.

Do Castro do Zambujal, seguindo pelo PR4 TVD – **Rota do Castro do Zambujal**, subimos até à **Serra da Vila** (206 m), o ponto mais alto do nosso percurso de onde se avista uma vasta e bela panorâmica sobre o antigo convento/sanatório do Barro e o monte da Pena, em primeiro plano, e toda a região de Torres Vedras. Daqui, descendo e subindo pelo meio das vinhas, chegamos ao cabeço rochoso da Pena coroado por um monumento a Nossa Senhora. Ao lado está o **Monumento Funerário Eneolítico/Tholos do Barro**, um sepulcro coletivo do III.º milénio a.C., descoberto no início de 1909 pelo arqueólogo francês Paul Bovier-Lapierre. As primeiras escavações arqueológicas realizadas nesse local tiveram lugar logo em 1909, sob o patrocínio do Museu Etnológico Português e a direção de Félix Alves Pereira, e com a colaboração de Paul Bovier-Lapierre e Eugénio Jalhay, então residentes no Colégio do Barro. Os trabalhos na altura realizados identificaram um sepulcro coletivo, do tipo *tholos*, formado por uma câmara circular, com cerca de 6m de diâmetro e teto em falsa cúpula, cujo acesso era feito por um corredor, com uma extensão aproximada de 4m, na altura ainda fechado pela laje original. A entrada do corredor, orientada a sul, sobressaía de um *tumulus* de terra que cobria originalmente o *tholos*, com cerca de 13m de diâmetro. De realçar que o *Tholos* do Barro é o maior e mais bem conservado sepulcro de falsa cúpula do país.

Na encosta da Pena encontra-se a pequena ermida de São José. Daqui regressamos a Torres Vedras pelo PR4 TVD, por caminhos rurais pelo meio dos vinhedos. Chegando ao centro da cidade poderemos ir à **Pastelaria Havaneza** provar os célebres **pastéis de feijão**. Depois é regressar às viaturas no Parque do Choupal.

Recomendações:

Trazer **água e farnel** para todo o percurso.

Trazer **agasalhos** de acordo com as condições atmosféricas. Trazer **calçado** apropriado para caminhar.

Preço: 10€ (inclui seguro).